

Comissão aprova propostas para coibir violência nas escolas

Alunos responsáveis por violência contra professores poderão ser transferidos para outra sala de aula ou mesmo afastados da escola, conforme projeto acolhido pela Comissão de Educação. Governo federal, em articulação com estados e municípios, é autorizado a criar um sistema nacional de acompanhamento da violência escolar. **7**

Relatório propõe estímulo a fontes alternativas

O relatório que a Comissão Mista de Mudanças Climáticas deve votar hoje, às 14h30, sugere menor participação de combustíveis fósseis na matriz energética e propõe incentivos fiscais para investimentos em energia solar e eólica. **5**

José Cruz



Delcídio (dir., à mesa, ao lado de Eliseu Resende) presidiu reunião em que a CAE aprovou audiência conjunta

Lobão e Dilma são convidados por três comissões do Senado

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou audiência pública conjunta com a Comissão de Infraestrutura para discutir o apagão. A reunião deve começar com uma apresentação de técnicos do setor e prosseguir com Edison Lobão e Dilma Rousseff. A Comissão de Relações Exteriores também quer ouvir os ministros. **4**

País pode ter medicamento genérico para uso veterinário

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado aprovou ontem a produção e a venda de remédios para uso animal com base no princípio ativo, ao lado dos que ostentam o nome de marca. As normas para o registro de produtos genéricos de uso veterinário estão previstas em substitutivo apresentado pelo senador Gilberto Goellner a três propostas

sobre o assunto.

A comissão aprovou também audiência pública para debater possíveis inconsistências no Censo Agropecuário de 2006, divulgado recentemente pelo IBGE. Segundo a autora do requerimento para a realização da audiência, senadora Kátia Abreu, o órgão teria errado ao publicar valores do índice de concentração fundiária. **8**

Genardo Magela



O Senado prestou ontem homenagem a Hélio Gracie, responsável pela difusão do jiu-jitsu no Brasil e falecido, em janeiro, aos 95 anos de idade. Autor do requerimento que resultou na

homenagem, o senador Arthur Virgílio pediu ao Comitê Olímpico Brasileiro que incluía o esporte nas Olimpíadas de 2016, que serão realizadas no Rio de Janeiro. **8**

Márcio Kalume



Senadores participam, ao lado de artistas, da abertura da mostra *Artistas Brasileiros*, que está na quinta edição

Exposição no Senado revela a diversidade da arte brasileira

A exposição *Artistas Brasileiros 2009* foi aberta ontem pelo senador Marco Maciel, que preside o programa Senado Cultural. A entrada é franqueada ao público, no Salão Branco do Congresso Nacional, até o dia 4 de dezembro, no horário das 9h30 às 17h.

Segundo Marco Ma-

ciel, a diversidade cultural é uma das principais marcas desse evento, que está na quinta edição. Maciel disse que os eventos que o Senado vem desenvolvendo nos últimos anos consolidam a Casa como um importante veículo de divulgação da cultura nacional. **7**

Banco do Centro-Oeste deve esperar 15 anos por fundo constitucional

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou regra de transição para a trans-

ferência de recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, hoje administrados pelo Banco

do Brasil, para o futuro Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Esses recursos deverão

permanecer no BB, no mínimo, por 15 anos a partir do funcionamento da nova instituição. **3**

Comissão aprova criação de grupo de trabalho para elaborar normas com padrões sustentáveis para obras públicas relacionadas a megaeventos esportivos



Senadores participam de reunião na Comissão de Meio Ambiente sob a presidência de Renato Casagrande (D)

Em busca de normas sustentáveis para Copa do Mundo e Olimpíadas

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem a criação de um grupo de trabalho para elaborar normas com padrões sustentáveis e ambientalmente adequados para obras e serviços públicos relacionados à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

Pelo requerimento do presidente da CMA, Renato Casagrande (PSB-ES), o grupo deverá ser coordenado pelo consultor do Senado Hipólito Gadelha Remigio e integrado pelos presidentes das Associa-

ções Brasileiras de Energias Renováveis e Meio Ambiente, Ruberval Baldini; das empresas de Energia Renovável, Fernando Cunha; de Energia Eólica, Lauro Fiuzza Junior; e de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento, João Roberto Minozzo. Além deles, fará parte do grupo o especialista em energia renovável Celso de Oliveira.

Serão convidados a participar do grupo de trabalho representantes dos ministérios do Meio Ambiente, de Minas e Energia, da Indústria e Comércio, da Ciência e Tecnologia, bem como da Eletrobrás, Eletronorte, Con-

federação Nacional da Indústria, e das universidades de São Paulo (USP) e de Brasília (UnB).

A iniciativa faz parte dos esforços do Senado no sentido de acompanhar as obras que serão executadas para os dois eventos. Uma rede de fiscalização está sendo montada, envolvendo diferentes órgãos do Legislativo, nas três esferas de governo, e o Ministério Público, para fornecer em tempo real todas as informações sobre contratos e gastos feitos para melhorar a infraestrutura das cidades. A ideia é envolver a população no controle do dinheiro público.

Política de extensão rural é aprovada em comissão

Proposta que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) foi aprovada ontem na Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O texto aprovado inclui programa destinado a implementar a política de extensão rural e foi modificado pela Câmara, a partir de proposta do Executivo.

Em seu parecer favorável à matéria, Renato Casagrande

(PSB-ES) ressaltou que o projeto (PLC 219/09) busca acelerar o processo de organização da produção de agricultores familiares e assentados, propiciando o avanço da modernização tecnológica.

Ele lembrou, no entanto, que a política de extensão rural deverá obedecer a princípios da agricultura de base ecológica, promovendo preferencialmente a orientação técnica voltada ao desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis.

– Temos a certeza de que a proposta reúne medidas importantes para o fortalecimento da extensão rural e da agricultura familiar do país – frisou.

A matéria tramita simultaneamente e em regime de urgência nas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Depois de ser votada nas comissões, seguirá para o Plenário e passará a trancar a pauta de votações caso não seja analisada até o próximo dia 7.



Comissão de Orçamento adiou para hoje reunião por falta de acordo sobre apresentação de projetos de créditos adicionais

Orçamento: prazo para emendas termina na terça

Os membros da Comissão Mista de Orçamento (CMO) têm até a próxima terça-feira para apresentar emendas ao projeto de lei orçamentária de 2010.

Neste ano, somente serão aceitas emendas individuais. As emendas coletivas à des-

pensa somente serão recebidas se forem identificadas como de remanejamento, de apropriação ou de cancelamento. Para as individuais, foi fixado o valor máximo global de R\$ 12,5 milhões, o qual pode ser dividido em, no máximo, 25

propostas.

Devido à falta de acordo entre as lideranças para a apreciação de projetos de créditos adicionais, a CMO cancelou a reunião marcada para a tarde de ontem. O colegiado volta a se reunir hoje, às 14h30.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta do Plenário continua trancada

Às 14h, tem início a sessão plenária. A pauta está trancada pelo projeto de Lei de Conversão 17/09 (MP 468/09), que trata da transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal.

Sarney recebe Carlos Nuzman e Samuel Pinheiro

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 11h30, o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Nuzman; às 12h, o ministro do Esporte, Orlando Silva; e, às 12h15, o ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Samuel Pinheiro Guimarães. Às 13h, participa de almoço em homenagem à presidente da Argentina, Cristina Kirchner. Às 16h, preside a ordem do dia.

CCJ: repressão ao crime organizado

Com 50 itens na pauta, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne, às 10h, para examinar proposta sobre repressão ao crime organizado. Também será analisado substitutivo a projetos que tratam de crimes hediondos.

Redução de recursos do Fundeb em debate na CE

A redução de receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação (Fundeb) será tema de debate da audiência pública, às 10h, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Às 13h, promove reunião extraordinária para discussão e votação das emendas ao Orçamento de 2010.

Condições para uso de radiofrequência

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) promove audiência pública, às 8h30, para debater condições de uso de radiofrequência. Às 14h, examina e vota emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual para 2010.

Comissão analisa Lei Orçamentária Anual

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) se reúne, às 14h30, para discussão e votação de emendas ao projeto de lei orçamentária para 2010.

CAS delibera sobre profissão de taxista

Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne para deliberar sobre 51 itens. Entre as matérias, está proposta que regulamenta a profissão de taxista e projeto que amplia a duração de seguro-desemprego para trabalhadores responsáveis legais por criança com deficiência.

Marco regulatório dos biocombustíveis

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) se reúne, às 14h30, para elaborar propostas para o marco regulatório dos biocombustíveis. Também em debate o tema "Tecnologia de motores e combustíveis". Entre os convidados, representantes da Anfavea, da CNT e da Abimaq.

Mudanças Climáticas discute relatório

Às 14h30, a Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC) apresenta e discute o relatório final do deputado Colbert Martins.

Reunião da Comissão Mista de Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúne às 14h30, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Criação do Parque Nacional da Ilha dos Currais

Às 14h, será reaberta a reunião da Comissão de Meio Ambiente (CMA). Entre os itens da pauta, projeto que altera o Código do Consumidor sobre

validade de produto alimentício a partir da abertura da embalagem. Outra proposta cria o Parque Nacional da Ilha dos Currais, no Paraná.

CDR: indenização para passageiros de voos

Substitutivo a quatro projetos que tratam da indenização a passageiros de transporte aéreo será debatido, às 11h, quando a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) reabre reunião. Às 11h30, discute e vota emendas ao projeto de lei orçamentária para 2010.

Planos e seguros privados para crianças

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) analisa, às 10h, projeto sobre serviços de saúde para crianças e adolescentes oferecidos pelos planos e seguros privados, e proposta que garante às pessoas com deficiência prioridade de tramitação dos processos em causas judiciais.

Valter Pereira recorda os três anos da morte de Ramez Tebet

Valter Pereira (PMDB-MS) lembrou ontem o terceiro ano da morte do senador Ramez Tebet. Opinou que as turbulências que o Senado vem enfrentando seriam mitigadas se a Casa contasse com um parlamentar de perfil parecido com o de Tebet.

– O desaparecimento de Tebet abriu uma lacuna política no Mato Grosso do Sul e no Senado: faz muita falta por o seu perfil conciliador, seu senso de oportunidade e a qualidade de saber colocar as palavras certas e pontuar a conduta adequada no momento apropriado – afirmou Valter Pereira, que era suplente de Tebet e assumiu o mandato com a morte do titular.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) destacou que, com competência, Tebet solucionou problemas e ajudou o Senado a seguir adiante quando presidiu a Casa após um período



Valter Pereira destaca perfil conciliador e habilidade de Tebet

de crise. Valdir Raupp (PMDB-RO) falou do amor de Tebet pelo seu estado, pela cidade de Três Lagoas e pelo país. Cristovam Buarque (PDT-DF) registrou a honestidade, sinceridade, participação e simpatia do falecido senador. Mão Santa (PSC-PI) observou que Tebet faz tanta falta quanto personalidades do PMDB como Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela e Tancredo Neves.

Mário Couto critica Câmara por impedir acesso de aposentados

Mário Couto (PSDB-PA) protestou contra o fato de cerca de cem aposentados e pensionistas terem sido impedidos de entrar nas galerias da Câmara dos Deputados na tarde de ontem. Somente após pedir a intervenção do senador Mão Santa (PSC-PI), que presidia a sessão do Senado naquele instante, o acesso foi liberado. Mário Couto classificou a decisão da Câmara de ditatorial.

– Desde da minha infância eu ouvi falar que o Parlamento era a Casa do povo e que, por isso, tinha as galerias para a população ver o que acontece aqui dentro. Como, então, impedir os velhinhos de entrar para observar a apreciação dos projetos que estão sendo discutidos? Foi preciso o senador Mão Santa telefonar para o presidente da Câmara e pedir, por favor, a liberação. Que país é esse? – indagou Mário Couto.



Mário Couto: governo pretende adiar votações de interesse dos aposentados

O senador confessou que está se sentindo enganado. Ele disse que o governo federal está trabalhando às ocultas para que as matérias que beneficiam os aposentados e pensionistas não sejam votadas este ano. As matérias são o PL 1/07, que reajusta os benefícios previdenciários com o mesmo índice de reajuste do salário mínimo, e o PL 3299/08, que acaba com o fator previdenciário.

Osmar Dias alerta para conflito entre proprietários e índios no PR

Osmar Dias (PDT-PR) fez um alerta sobre a situação de conflito entre proprietários rurais e índios da etnia Xetá no município de Umuarama (PR). De acordo com o senador, a Fundação Nacional do Índio (Funai) pretende desapropriar as terras e entregá-las aos índios, sem indenizar os donos que adquiriram do estado as propriedades durante colonização no início do século 20.

– Quero uma reunião com a Funai e com o presidente Lula, pois essa é uma questão de segurança nacional. Vai haver conflito na região. Se não resolver, vou ao presidente da República – disse.

Osmar Dias defendeu o direito dos cerca de mil proprietários rurais, que são a terceira geração das famílias que se mudaram para a região. A situação teria se originado, avalia, da tese de



Osmar Dias: Funai quer desapropriar terras e entregá-las à etnia Xetá

mestrado da antropóloga Cássia Regina Soares Cardoso, segundo a qual a etnia Xetá teria supostamente vivido naquelas terras.

Com base na informação, a Funai considera que os índios remanescentes têm direito à posse da área. O senador disse que restam apenas sete índios dessa etnia e que não há comprovação de que tenham habitado o noroeste do Paraná.

Emenda aprovada pela CDR prevê que o dinheiro do fundo deve continuar por um determinado tempo no Banco do Brasil, após criação da nova instituição financeira

Banco do Centro-Oeste deve esperar 15 anos pelo FCO

OS RECURSOS DO Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), transferidos nos últimos 20 anos ao Banco do Brasil (BB), ainda deverão permanecer nessa instituição, no mínimo, por 15 anos a partir do início do funcionamento do futuro Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCO). Depois disso, o estoque estimado hoje em R\$ 12 bilhões começará a ser transferido ao banco regional, respeitando o cronograma de retorno das operações de crédito firmadas, como prevê emenda substitutiva aprovada ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Fruto de acordo com o Ministério da Fazenda, a emenda foi apresentada em Plenário pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ao projeto de sua iniciativa (PLS 303/08) que autoriza o Executivo a criar o BDCO. Com isso, a proposta precisou passar por novo exame na CDR, o mesmo devendo ser feito na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para então retornar a Plenário.

No texto que saiu da CCJ, o estoque de recursos só ficaria à disposição do BB por até 15 anos, contados a partir da promulgação da lei que cria o novo banco. No entanto, desde o quinto ano, os recursos correspondentes ao retorno



Neuto de Conto preside a reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional

dos empréstimos concedidos começariam a ser devolvidos, até a migração completa das operações remanescentes, mesmo quando não tivessem sido quitados pelos tomadores dos empréstimos.

Segurança

Na CDR, quem relatou a emenda foi Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), em substituição a Serys Slhessarenko (PT-MT). O parecer assinala que o novo texto melhora o projeto, além de trazer maior segurança ao BB em relação aos créditos do FCO e, ainda, mais garantias legais à criação do próprio Banco do Centro-Oeste.

O futuro banco deverá apoiar projetos de desenvolvimento nos estados do Centro-Oeste,

exercendo papel similar aos do Banco da Amazônia (Basa) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Sua principal fonte de receitas serão os recursos do FCO, criado pela Constituição federal de 1988 juntamente com os fundos constitucionais do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE). Os três fundos recebem 3% da arrecadação anual do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na seguinte proporção: 1,8% para o Nordeste; 0,6% para o Norte e 0,6% para o Centro-Oeste.

Antigo pleito de lideranças políticas e empresariais do Centro-Oeste, a criação do novo banco enfrentava a resistência do BB quanto à saída dos recursos do fundo regional.

Área de preservação urbana pode ter novas regras

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem projeto que transfere exclusivamente para a esfera dos municípios a decisão sobre a criação de áreas de preservação permanente quando estiverem situadas em espaços urbanos. A proposta (PLS 107/09), apresentada por Raimundo Colombo (DEM-SC), foi aprovada na forma do substitutivo elaborado pelo relator, Gilberto Goellner (DEM-MT).

Atualmente, o Código Florestal determina, em relação aos espaços urbanos, que as áreas de preservação permanentes devem ser definidas em concordância com os requisitos estabelecidos nos planos diretores e leis de uso do solo urbano, desde que respeitados os princípios e limites estabelecidos na própria legislação ambiental. Ou seja, os estatutos municipais

sempre terão como limite os critérios do Código Florestal, onde são definidas como áreas de preservação permanente florestas e todas as formas de vegetação situadas ao longo dos rios, em torno de lagoas, no topo de morros e nas encostas, entre outros espaços.

Pelo projeto aprovado pela comissão, só terão direito de definir os critérios relativos às áreas de preservação permanente os municípios que atenderem a três requisitos; o primeiro deles, a existência de plano diretor aprovado e atualizado. Precisam ainda ter órgãos colegiados deliberativos com atuação na área de política urbana e ambiental, com participação da sociedade ou, na falta deles, integrar órgãos intermunicipais constituídos com esse objetivo. Por fim, devem contar com órgãos executivos que atuem nessas

duas áreas de política e voltados para planejamento, gestão e fiscalização.

Raimundo Colombo afirma que, desde que foi criado o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01), os planos diretores dos municípios são elaborados sob a ótica do desenvolvimento sustentável. A matéria seguirá agora para exame na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Overbooking

Por falta de quórum para decisões terminativas, a CDR adiou o exame do projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que trata da indenização aos passageiros impedidos de viajar por excesso de reservas, o chamado *overbooking*, ou por atraso, cancelamento ou interrupção de voos.

Cristovam: vitórias do Movimento Educacionista

Cristovam Buarque (PDT-DF) registrou em discurso duas vitórias obtidas nos últimos dias pelo Movimento Educacionista brasileiro. A primeira, disse, foi o lançamento, pela Sociedade Brasileira para a Progresso da Ciência (SBPC), do movimento dos cientistas do país pela educação de base.

– Os cientistas decidiram usar a força que têm para lutar e mudar a educação de base, porque perceberam que sem o ensino fundamental não há um bom

ensino médio, não há uma boa universidade – afirmou.

A segunda vitória, segundo Cristovam, ocorreu no domingo, durante as comemorações dos 120 anos da Proclamação da República, quando a Maçonaria brasileira anunciou um movimento pela educação, “lançando um programa com metas e estratégias claras para levar a toda a comunidade maçônica do país a ideia da educação como vetor que permitirá completar a república brasileira”.



Segundo Cristovam, SBPC vai lutar pela melhoria da educação de base

Comissão de Assuntos Econômicos aprova convite a especialistas para que participem de audiência; ministros Dilma Rousseff e Edison Lobão devem ser ouvidos depois



Ao lado de Eliseu Resende (E), Delcídio Amaral preside reunião da CAE marcada por divergências entre governo e oposição

Audiência conjunta para debater causas do apagão

APÓS POLÊMICA COM a oposição, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem requerimento dos senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Eduardo Suplicy (PT-SP) para a realização de audiência pública com o objetivo de esclarecer o blecaute ocorrido no último dia 10, que atingiu 18 unidades da Federação. A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, serão convidados, mas somente para uma segunda etapa de debates.

A audiência terá início com apresentações de técnicos do setor, que devem prestar esclarecimentos sobre o problema. Serão ouvidos nessa fase, entre outros, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, e o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hübner.

O debate será realizado em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que aprovou, nessa segunda-feira, requerimento semelhante apresentado pelo presidente do colegiado, senador Fernando Collor (PTB-AL)

Polêmica

Os senadores da oposição queriam uma audiência exclusiva na CAE com a presença de Dilma e Lobão, mas foram derrotados. Tentaram, então, fazer com que os debates tives-

Demostenes: falta habilidade ao governo para explicar blecaute

Demostenes Torres (DEM-GO) criticou o governo pelo que considerou falta de habilidade em prestar explicações sobre as causas do blecaute que atingiu o país na última semana. Em sua avaliação, a atuação do governo foi desastrosa.

Demostenes criticou especialmente declarações do ministro da Justiça, Tarso Genro, para quem o apagão foi "apenas um microincidente", e da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que, a seu ver, demonstrou "analfabetismo energético e autoritarismo". O senador se referia a informações técnicas, segundo ele, equivocadas, prestadas pela ministra em entrevistas e à declaração de que

CRE também aprova convite a Dilma e Lobão

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) também aprovou ontem requerimento para que a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, sejam ouvidos sobre o apagão do dia 10 de novembro.

O requerimento, apresentado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), foi aprovado ao final da reunião da CRE, que ainda ontem sabatinou o diplomata Enio Cordeiro, indicado pelo presidente da República para o cargo de embaixador do Brasil na Argentina.

sem início com esses ministros e não com a lista de técnicos apresentados pela CI, e foram novamente derrotados.

Principal articulador dessas tentativas, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse acreditar que os debates com os convidados propostos por Collor deveriam ocorrer separadamente. As explicações dos ministros sobre o blecaute, em sua avaliação, deveriam ter precedência.

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), disse que a proposta da CI não é uma audiência pública, "mas um comício", que "visa colocar a questão do

apagão embaixo do tapete". Ele não discorda da necessidade de avaliação técnica do problema, mas defende o exame político.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) também disse concordar que a solução será técnica, mas ponderou que os ministros têm responsabilidade de explicar ao Brasil o problema. Na mesma linha, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) defendeu o início das audiências com Dilma e Lobão.

Para o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), a estratégia da oposição é politizar o debate. Ele propôs que a audiência seja conduzida pela Comissão de Infraestrutura, instância própria para debater o assunto, em sua avaliação. Defendeu também a discussão técnica do problema, como sugerido pela CI, e lembrou que os ministros foram convidados e deverão dar explicações sobre os investimentos realizados pelo setor.

Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que o debate com os técnicos visa fornecer informações aos brasileiros que tiveram perdas com o blecaute. Já a discussão com os ministros, disse, possibilitará aos senadores ouvir as explicações sobre a política governamental para o setor elétrico.

Na presidência da reunião da CAE, Delcídio defendeu a lógica do início dos debates com os técnicos e disse que explicações gerais serão dadas posteriormente pelos ministros.



Demostenes critica declarações de Tarso Genro e de Dilma Rousseff

– Uma combinação de dois anos de escassez hídrica com crescimento [da demanda] acima de 5% seria suficiente para que o sistema voltasse a operar no limite ou mesmo, sem catastrofismo, entrar em colapso, como ocorreu em 2001.

Para Demostenes, o país precisa utilizar fontes alternativas de energia, como a eólica.

Mercadante: economia brasileira vive "momento excepcional"

Aloizio Mercadante (SP), líder do PT, afirmou em discurso que o Brasil vive um momento excepcional na área econômica, a ponto de a revista inglesa *The Economist* ter previsto que o país poderá se tornar a quinta maior economia do mundo em 2014. Hoje o país está na nona posição. O senador pediu "uma agenda corajosa" para enfrentar os problemas estruturais que ainda restam, citando as reformas tributária e política.

Mercadante acredita que o Brasil poderá chegar à condição de quinta maior economia por ter voltado a crescer, enquanto os Estados Unidos, o Japão e países da Europa ainda enfrentam problemas e podem demorar em sua plena retomada. Enquanto isso, observou, a China e a Índia conseguem crescimentos elevados, com importações maciças de matérias-primas e alimentos. Ele disse acreditar que o Brasil aproveitará essas oportunidades, lembrando que a agricultura brasileira é a terceira maior do mundo. Previu que os países desenvolvidos terão de cortar os subsídios dados à sua agricultura e não podem competir com a eficiência brasileira nessa área.

O líder petista também observou que "a distribuição de renda se moveu no Brasil" depois de muitas décadas. Lembrou que 32 milhões de brasileiros chegaram nos últimos anos à classe média baixa e outros 17 milhões saíram da linha de pobreza com os programas sociais do governo, aumento do salário mínimo e oferta de crédito.

– Esse mercado de massas nos dará uma dinâmica interna de crescimento sustentável, acelerada, pelos próximos anos – disse.

Para o senador, o etanol e o



Mercadante defende "agenda corajosa" de reformas estruturais

petróleo da camada pré-sal serão fundamentais para garantir o desenvolvimento. O dinheiro do petróleo, segundo ele, poderá "liquidar a dívida pública que está aí".

– Em cinco, seis, dez anos, o Estado brasileiro deixará de ter dívida pública e, portanto, sem pressão na taxa de juros, com mais capacidade de investimento, sem necessidade de aumentar impostos – previu Mercadante.

O senador afirmou ainda que o governo passado vendeu um terço da Petrobras por US\$ 5 bilhões e, hoje, pelo valor de suas ações, a estatal vale US\$ 208 bilhões. Ele criticou o fato de, no governo anterior, lideranças importantes terem defendido a privatização da Petrobras, citando uma frase do ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros.

Em aparte, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) sustentou que o PSDB "nunca defendeu a privatização da Petrobras". Acrescentou que a boa situação econômica do Brasil se deve a políticas adotadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, a começar pelo Plano Real.

O discurso de Aloizio Mercadante foi apoiado pelos senadores Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Roberto Cavalcanti elogia o novo modelo do Refis

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) disse ser "mais que bem-vinda" a iniciativa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de editar um novo modelo de Programa de Recuperação Fiscal (Refis), o refinanciamento de débitos com a Receita. O novo Refis se encontra em operação desde agosto e foi elaborado para "turbinar o sistema de arrecadação fiscal, cuja força motriz foi abalada pela crise econômica global de 2008".

Roberto Cavalcanti destacou que a versão 2009 do Refis está "pontilhada de concessões e facilidades de pagamento para os contribuintes inadimplentes". Ele lembrou que os interessados em parcelar suas dívidas com o governo federal têm apenas até o dia 30 deste mês para aderir ao programa.

O senador disse ainda que o atual programa do Refis, "mais frouxo nos requisitos" que suas versões anteriores, já atraiu cerca de 400 mil empresas e pessoas físicas interessadas nas vantagens do novo modelo de parcelamento de dívidas com o



Senador lembra que falta de crédito assustou os empreendedores

governo federal.

– Afinal de contas, a falta de crédito que se alastrou pelo país e pelo mundo afora assustou toda a comunidade empreendedora – afirmou.

Cavalcanti citou dados da Receita Federal do Brasil segundo os quais a inadimplência dobrou com a crise financeira. Entre outubro de 2008 e janeiro de 2009, as grandes empresas deixaram de pagar R\$ 300 milhões por mês. No período anterior à crise, esse valor era de R\$ 150 milhões mensais.

– E foi exatamente contra tal maré baixa que o novo Refis foi elaborado – afirmou.

Genildo Mangel



Pedro Simon defende a ampliação do número de unidades de conservação

Simon sugere várias metas para Brasil levar a Copenhague

Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu em Plenário uma série de medidas relacionadas ao meio ambiente que, em sua avaliação, o governo brasileiro deveria se comprometer a implementar no país e levá-las para discussão na Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-15), que será realizada em dezembro, em Copenhague (Dinamarca).

Criticando a efetividade do sistema de compra de créditos de carbono como mecanismo de redução da emissão de gases do efeito estufa, Simon considerou fundamental para a superação do problema uma alteração no padrão de consumo das sociedades industrializadas, que têm como matriz energética os combustíveis fósseis.

Entre as atitudes que considera indicadas para o Brasil assumir em Copenhague, o senador propôs a definição de metas de redução de emissões de gases do efeito estufa; a aprovação de uma política nacional de mudanças climáticas; a redução do desmatamento em todos os biomas do país; e a adoção de políticas públicas voltadas a uma economia de baixa intensidade de carbono e ao uso intensivo de tecnologias alternativas.

Esperança

Simon defendeu ainda a ampliação do número de unidades de conservação no Brasil, consideradas por ele como "a melhor esperança que a Humanidade tem de recompor a biosfera terrestre para contrapor às mudanças climáticas".

– Essas áreas naturais são autopropropagantes e fundamentais para a restauração das áreas já alteradas pelo ser humano, conservam a biodiversidade e os milhares de serviços ambientais.

O senador parabenizou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo compromisso anunciado em Paris, junto com o presidente Nicolas Sarkozy, de reduzir as emissões de gases geradores do efeito estufa no Brasil, bem como o desmatamento na região amazônica.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestou apoio ao pronunciamento de Simon, alertando para o caráter limitado das medidas anunciadas por Lula. Segundo Cristovam, as ações visando à redução do efeito estufa, para serem eficazes, deveriam contemplar restrições à produção de automóveis movidos a combustíveis fósseis.

Elaborado por senadores e deputados, relatório sobre mudanças climáticas a ser votado hoje sugere que se reduza a participação dos combustíveis fósseis na matriz energética do país e que se estimule o transporte coletivo

Comissão deve propor hoje a adoção de estímulo a energias alternativas

COM A POLÊMICA gerada pelo blecaute que deixou 18 estados sem energia elétrica terça-feira da semana passada, a busca de mais eficiência nas etapas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica ganhou destaque no relatório final da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas (CMMC), que deverá ser votado hoje.

No texto, há uma proposta para mudar o marco regulatório do setor energético a fim de fomentar o uso de formas alternativas de geração de energia. O relatório sugere que se reduza a participação dos combustíveis fósseis na matriz energética e propõe incentivos fiscais para investimentos em energia solar e eólica, além de medidas que deem mais eficiência no uso de energia elétrica.

Entre as sugestões para a área de transportes, está a adoção de um marco regulatório sobre inspeção veicular. Outra medida a ser sugerida ao Executivo é o planejamento da malha viária e da oferta de diferentes modais de transporte com a incorporação da dimensão climática.

A racionalização do sistema de transporte rodoviário poderá ser obtida com o estímulo à implantação de entrepostos e terminais multimodais de cargas em entroncamento rodoferrovi-



Combate a incêndio no Parque Nacional de Brasília: redução de gases de efeito estufa é preocupação de parlamentares

ário, avaliam os parlamentares da comissão.

Outra proposta é o desestímulo ao uso do transporte individual, com a melhoria da qualidade dos diversos meios de transporte coletivo.

Prioridades

De acordo com o relatório, o Senado deve priorizar a aprovação dos projetos de lei que instituem a Política Nacional de Mudanças Climáticas (PLC 283/09) e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (PLC 284/09), cujos recursos, diz o relator, poderão ser aplicados

em iniciativas de mitigação das emissões de gases do efeito estufa.

O relator, deputado Colbert Martins (PMDB-BA), considera importante aprovar a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelece metas de redução de emissão de gases do efeito estufa. Embora já exista proposta da Câmara desde 1991 (PL 93/91), o governo também apresentou um projeto nesse sentido (PL 1.991/07). Ambas as propostas tramitam juntas e aguardam deliberação da Câmara.

O relatório diz ainda que, entre as medidas de implemen-

tação da política de resíduos sólidos, deve estar a exigência de autorização legal para funcionamento dos estabelecimentos em áreas de alta concentração ou circulação de pessoas. Para obter a licença, deverão ser mantidos programas de coleta seletiva de resíduos sólidos.

A comissão deve sugerir ao poder público e ao setor privado a adoção de medidas de desestímulo ao uso de sacolas plásticas ou não biodegradáveis. A atualização do Plano Amazônia Sustentável (PAS) também é relacionada entre as prioridades.

Destaques do relatório

O texto que deve ser votado hoje pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas sugere iniciativas para diversas áreas com o objetivo de minimizar os fatores que geram poluição e aquecimento e de promover a adaptação do homem às alterações no ambiente

LEIS	a) votação dos projetos de lei que criam o Fundo e a Política Nacional sobre Mudança do Clima; b) aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com estratégias de redução de emissões pelo setor de resíduos.
TRANSPORTES	a) estabelecimento de regras para inspeção veicular; b) estudo das alternativas para estímulo, inclusive fiscal, ao transporte público; c) alteração do Proconve para incluir limites para emissões de gás carbônico; d) incentivo à adoção de certificação independente para a produção de etanol veicular; e) discussão de estratégias de mitigação da emissão de gases do efeito estufa no setor.
ENERGIA	a) discussão do Plano Nacional de Expansão do Setor Elétrico, para evitar o aumento da participação de combustíveis fósseis na matriz energética e aprofundar as medidas que visam à melhoria de eficiência no uso de energia elétrica; b) estabelecimento de estímulos fiscais à geração de energia eólica e solar; c) estímulo a formas alternativas de geração (como a geração individual ligada ao sistema); d) estabelecimento de limites legais de perdas técnicas de energia nas etapas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; f) discussão de estratégias de mitigação da emissão de gases do efeito estufa no setor elétrico.
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS	a) estudo do impacto das mudanças climáticas na acidificação dos oceanos; b) busca da meta de desmatamento ilegal zero em todos os biomas brasileiros; c) atualização e fortalecimento do Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento da Amazônia e criar planos semelhantes para o Cerrado e a Caatinga; d) implementação do Plano Amazônia Sustentável; e) discussão de estratégias de redução de emissões no setor.
SETOR DOMÉSTICO	a) promoção de conservação e eficiência energética doméstica; b) promoção de campanhas educativas sobre conservação e eficiência energética para conscientização dos consumidores; c) produção de tecnologia para aparelhos domésticos mais eficientes; d) promoção de incentivos econômicos para aparelhos domésticos menos impactantes sob o ponto de vista das mudanças climáticas globais; e) implementação efetiva da coleta seletiva e minimização de resíduos biodegradáveis visando otimizar recursos e minimizar emissão de metano nos aterros sanitários; f) minimização e eliminação do uso de hidrofluorcarbonos (HFCs) como gás de refrigeração em aparelhos domésticos; g) incentivos fiscais ao uso de energia solar para aquecimento de água, ou como fonte de energia elétrica.
SETOR INDUSTRIAL	a) adoção de processos menos intensivos no uso de combustíveis fósseis; b) adoção de medidas de conservação e eficiência energética; c) minimização do consumo, promoção da reutilização, coleta seletiva e reciclagem de materiais; d) introdução da responsabilidade pós-consumo de produtores; e) investimento em novas tecnologias que sejam menos poluentes; f) investimento na tecnologia do controle da poluição nos diferentes setores produtivos; g) redução das emissões de metano dos rejeitos industriais, por meio da reciclagem e compostagem dos resíduos ou da captação e queima de biogás em aterros, como fonte alternativa de energia; h) gradual eliminação das emissões de HCFCs, PFCS e SF6; i) obrigatoriedade da realização periódica de inventários corporativos e sua publicação segundo protocolo definido em lei; j) estímulo à participação das indústrias nos mercados de carbono; k) obrigatoriedade do estabelecimento de gerências ambientais nas unidades operativas das indústrias, buscando mitigar emissões de gases do efeito estufa; l) intercâmbio de informações sobre eficiência energética e medidas de controle e redução de emissões; m) promoção do aproveitamento do metano eliminado em processos industriais como fonte energética.
SETOR AGROPECUÁRIO	a) adoção de boas práticas sob o ponto de vista das mudanças climáticas; b) adoção de políticas para minimizar emissões de carbono decorrentes do uso do solo; c) adoção de políticas e medidas para minimizar o uso de fertilizantes inorgânicos; d) aumento dos sumidouros agrícolas e florestais nas propriedades rurais; e) pesquisa de alternativas de dietas animais para buscar a redução de emissões de metano; f) minimização de emissões decorrentes de dejetos animais; g) promoção de campanhas para conscientização de produtores e trabalhadores sobre a relação entre a produção agropecuária e as mudanças climáticas, bem como a respeito da necessidade de adoção de modelos de agricultura sustentável; h) promoção de pesquisa tendo em vista os objetivos do equilíbrio climático; i) promoção da produção agrícola com a geração de energia a partir da biomassa; j) estabelecimento de incentivos e desincentivos econômicos para o setor agropecuário para a busca do equilíbrio climático; k) promoção de projetos agrícolas demonstrativos para permitir melhor entendimento do ciclo de carbono em atividades agrícolas; l) promoção de medidas de eficiência energética e conservação de energia nas atividades de agropecuária; m) promoção de medidas para contenção e eliminação gradual do uso do fogo em atividades agropecuárias; n) criação de sistemas governamentais de certificação socioambiental; o) fomento à prática da agricultura orgânica associada à conservação de mata nativa, em especial a mata ciliar de rios e nascentes.
CONSTRUÇÃO CIVIL	a) obediência a critérios de eficiência energética, sustentabilidade ambiental, qualidade e eficiência de materiais nas edificações novas; b) obediência a critérios de eficiência energética, arquitetura sustentável e sustentabilidade de materiais, para projetos de reforma e ampliação de edificações existentes; c) introdução, pelo poder público, de medidas de eficiência energética e ampliação de áreas verdes em seus projetos de edificações de habitação popular; d) emprego de produtos e subprodutos de madeira que tenham procedência legal e de manejo sustentável em obras e serviços de engenharia contratados pelo poder público.
SAÚDE	a) realização de campanhas de esclarecimento sobre causas, efeitos e formas de se evitar e tratar as doenças relacionadas à mudança do clima; b) promoção, incentivo e divulgação de pesquisas relacionadas aos efeitos da mudança do clima sobre a saúde e o meio ambiente; c) adoção de procedimentos direcionados de vigilância ambiental, epidemiológica e entomológica em locais e em situações selecionados, com vistas à detecção rápida de sinais de efeitos biológicos de mudança do clima; d) aperfeiçoamento de programas de controle de doenças infecciosas de ampla dispersão, com altos níveis de endemicidade e sensíveis ao clima, especialmente a malária e a dengue.

Fonte: Relatório do deputado Colbert Martins

Procedimento cirúrgico que liga um órgão ao exterior do corpo, a ostomia é cercada de preconceitos. Sessão no Plenário lembra passagem do Dia Nacional dos Ostomizados

Senado ressalta luta dos submetidos a ostomia

A PRIMEIRA PARTE da sessão de ontem do Senado foi dedicada ao Dia Nacional dos Ostomizados, atendendo a requerimento do senador Flávio Arns (PSDB-PR). A ostomia é uma intervenção cirúrgica geralmente no abdome que permite criar uma comunicação entre um órgão interno e o exterior do corpo, para eliminação das fezes. Essa abertura artificial na parede abdominal pode ser consequência de câncer no intestino, na bexiga ou na uretra.

Serys Slhessarenko (PT-MT), que presidiu a sessão, lembrou a batalha dessas pessoas ao longo dos últimos 25 anos, quando foi criada a Associação Brasileira dos Ostomizados (Abraso). A senadora destacou a edição do Decreto 5.296/04, que enquadrou os ostomizados no rol das



Meire Reis, Beltrame, Serys, Arns e Jarbas Cerqueira compõem mesa da sessão

pessoas com deficiência física, e anunciou a assinatura de uma portaria, pelo ministro da Saúde, contendo as diretrizes nacionais para organização dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) para atendimento de ostomizados.

Participaram da solenidade, representando o ministro da

Saúde, o secretário de Atenção à Saúde, Alberto Beltrame; a presidente da Abraso, Márcia Patrícia de Araújo; os presidentes das associações de ostomizados de São Paulo, Meire Reis, e de Brasília, George Ribamar Sala; além de médicos e representantes da Sociedade Brasileira de Estomaterapia.

Arns diz que data mobiliza para busca de soluções

Autor da lei que instituiu o Dia Nacional dos Ostomizados, comemorado em 16 de novembro, Flávio Arns (PSDB-PR) assinalou que a data estimula a reflexão sobre as necessidades específicas desse segmento populacional, estimado em 250 mil pessoas. O senador assinalou que uma data nacional serve para reunir diversos segmentos da sociedade envolvidos com a questão, desde órgãos governamentais a movimentos sociais e associações, na busca de soluções que atendam a suas necessidades específicas.

Flávio Arns sugeriu que o tema seja debatido no Senado pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e pela Subcomissão de Acompanhamento da Saúde, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Ele manifestou a sua alegria pelo fato de os senadores demonstrarem sensibilidade a essa e a outras causas sociais.

O crescimento do número de acidentes e doenças congênitas, observou o parlamentar, levou ao aumento de cirurgias de ostomia em jovens e crianças.

Papaléo destaca necessidade de bom atendimento

Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu a criação de programas de governo, nos âmbitos federal, estadual e municipal, voltados à qualificação no atendimento aos ostomizados.

O senador, que é médico, saudou todos os profissionais que acompanham e tratam dos ostomizados, assinalando que qualquer pessoa pode estar sujeita a essa condição em razão de um problema de saúde ou acidente, independentemente de classe social ou idade. Papaléo disse que aqueles que fazem parte da família ou convivem com um ostomizado têm a obrigação não só de acompanhar o ente querido, mas de dar a ele "amor, carinho e segurança", de modo a promover sua autoestima.

SUS deverá prestar apoio integral aos ostomizados

O secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Alberto Beltrame, destacou a assinatura de portaria que lança as diretrizes nacionais para os serviços prestados aos ostomizados na rede do Sistema Único de Saúde (SUS). A portaria orienta as unidades de saúde a formarem equipes multiprofissionais e especializadas e a organizarem estrutura física adequada para o acolhimento integral a esses pacientes. Os ostomizados receberão bolsas coletoras e serão acompanhados por médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e nutricionistas.

– Nossa tarefa é contribuir para acabar com o preconceito e propiciar as condições para que as pessoas ostomizadas possam levar suas vidas da melhor maneira possível – disse o secretário.

Alberto Beltrame observou que a portaria, por si só, não tem poderes para alterar a realidade do ostomizado, mas constitui uma ferramenta poderosa a ser utilizada pelos gestores do SUS.

– Queremos tornar o sistema mais caloroso, receptivo e acolhedor para essas pessoas.

Malta: projeto que criminaliza homofobia é inconstitucional

Magno Malta voltou a criticar o projeto que criminaliza o preconceito contra os homossexuais. A proposta (PLC 122/06), da ex-deputada Iara Bernardi, foi aprovada no último dia 8 na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na forma de substitutivo apresentado por Fátima Cleide (PT-RO), e é o primeiro item da pauta de hoje da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O senador disse que a matéria é inconstitucional e que, em sua avaliação, "cria o império do homossexualismo no Brasil".

– Não discuto a opção sexual de ninguém; o que estou discutindo é o projeto, que está evadido de sutilezas nocivas à sociedade e que não podemos aceitar. Não podemos permitir que essa aberração passe na comissão – afirmou.

Decisão anterior da CDH que aprovou requerimento suspendendo a realização de mais uma audiência pública para debater a proposta foi criticada em Plenário por Magno Malta e pelos senadores Valter Pereira (PMDB-MS) e Marcelo Crivella (PRB-RJ), para quem o projeto nega aos cristãos o direito à livre expressão.

Após a análise da CDH, a



Genaldino Magalhães

Para Malta, texto "está evadido de sutilezas nocivas à sociedade"

matéria será encaminhada ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de seguir para votação em Plenário.

Magno Malta assinalou que a sociedade e a Igreja não são homofóbicas, observando que os cristãos querem apenas poder dizer que o homossexualismo é pecado. Argumentou ainda que a Constituição federal já estabelece ser "crime discriminar sexo, etnia e cor, o que já é suficiente".

– É só fazer cumprir a lei, mas a senadora Fátima Cleide insiste nesse projeto, que cria problemas entre pais e filhos. Se o pai não aceitar, não pode falar nada. Se não se aceita a opção sexual de alguém, comete-se crime – protestou.

Paulo Paim quer audiência para debater greve na Vale do Canadá

Paulo Paim (PT-RS) relatou encontro com representantes do sindicato dos metalúrgicos da Companhia Vale no Canadá, que estão fazendo uma paralisação naquele país. Ele informou que os representantes dos metalúrgicos estão em contato com outros sindicatos e com autoridades de vários países em busca de apoio para o movimento grevista.

O senador se disse indignado com a forma como a Vale está agindo no Canadá e no Brasil em relação aos direitos dos trabalhadores ativos e aposentados. E anunciou que apresentará requerimento na CDH para a realização de audiência pública com a participação de sindicalistas e empresários.

– Pelo relato que recebi, é uma questão de direitos humanos – afirmou.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que os metalúrgicos canadenses estão em greve há quatro meses aguardando entendimento para que possam negociar um acordo



Genaldino Magalhães

Paim se disse indignado com tratamento dado pela empresa aos trabalhadores

com a Vale.

Aposentados

Paim também fez um apelo em nome dos aposentados, que decidiram passar a noite em vigília na Câmara dos Deputados, para os parlamentares votarem o fim do fator previdenciário e o reajuste das aposentadorias. O senador pediu à Presidência do Senado que solicite ao presidente da Câmara, Michel Temer, que permita livre acesso dos manifestantes, em sua maioria idosos, às dependências daquela Casa.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Serys Slhessarenko • Flávio Arns • Marconi Perillo • Adelmir Santana • Paulo Paim • Jefferson Praia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefe de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF, CEP 70165-920

Maciel ressalta diversidade da mostra *Artistas Brasileiros*

“A chance de mostrar seus trabalhos na capital federal, em especial no prédio do Congresso, tem tudo para ser um divisor de águas na carreira desses artistas”, afirmou na manhã de ontem o senador Marco Maciel (DEM-PE) durante a abertura da exposição *Artistas Brasileiros 2009 – Novos Talentos – Pinturas*. A mostra ficará aberta ao público, no Salão Branco do Congresso Nacional, até o dia 4 de dezembro, no horário de 9h30 às 17 horas.

Segundo Maciel, a diversidade cultural é uma das principais marcas desse evento, que já está na quinta edição. Participam da mostra deste ano mais de 60 artistas plásticos de todas as regiões do país.

– A exposição traduz a dimensão artística e plural do Brasil. O Senado Federal abre as portas para esses artistas que trouxeram trabalhos revelando estilos

que vão desde a arte popular a técnicas inovadoras. O modo democrático de organização e seleção das obras proporciona maior qualidade e diversidade à exposição – afirmou.

Divulgação

Maciel observou ainda que os diversos eventos que o Senado vem desenvolvendo nos últimos anos consolidaram a Casa como um importante veículo de divulgação da cultura nacional.

O senador preside o programa Senado Cultural, responsável pela organização da exposição de arte, em parceria com a Secretaria de Relações Públicas e a Comissão Especial Curadora de Artes Plásticas da Casa.

De acordo com o regulamento da mostra, cada senador teve o direito de convidar um artista plástico. Cada artista selecionou uma de suas obras para integrar a exposição.



Marco Maciel (E) discursa na abertura da mostra, prestigiada por senadores e artistas

Mão Santa vê importância da arte na transformação do mundo

“Vivo da arte por não saber viver só da vida.” A frase é de Dalva Santana, natural de Teresina, formada em História e professora universitária de Artes Industriais e Educação Artística durante 18 anos. Ela é a autora do quadro *A mulher e o pássaro* e participa da exposição *Artistas Brasileiros 2009 – Novos Talentos – Pinturas* indicada por Mão Santa (PSC-PI). De acordo com o regulamento da mostra, cada senador pôde indicar um artista plástico.

Mão Santa participou da solenidade de abertura, representando o presidente do Senado, José Sarney. Ele ressaltou a importância da arte na transformação do mundo, dando como exemplo o período do Renascimento, marcado por transformações em diversas áreas da Humanidade, que serviu de marco para a passagem da

Idade Média para a Idade Moderna. O senador citou artistas como Leonardo da Vinci, Michelangelo e Rafael e registrou que a pintura na Renascença seguia a concepção de arte como imitação da natureza, reservando ao homem um espaço privilegiado.

Mão Santa também leu texto enviado por José Sarney para comemorar a abertura da exposição. O presidente do Senado lembrou Rui Barbosa, que ao encantar-se com uma exposição em Londres, em 1851, teria percebido que o ensino do desenho e da arte tem o poder de transformar o mundo “sem o derramamento de uma gota de sangue”.

“De fato, a arte tem em si o inigualável poder de transformar o espírito de quem a produz e de quem a aprecia”, escreveu Sarney.

Autoras das melhores redações serão recebidas por Sarney

Os alunos finalistas do 2º Concurso de Redação do Senado participarão amanhã de cerimônia, no Palácio do Congresso Nacional, em comemoração ao Dia Nacional da Bandeira. As três alunas vencedoras serão recebidas pelo presidente do Senado, José Sarney, pelo presidente da Câmara, Michel Temer, e pelo ministro da Educação, Fernando Haddad.

O tema foi “Muito prazer, sou cidadão de uma República

chamada Brasil”.

A aluna Simone Maria Gatto, de Casca (RS), obteve a primeira colocação com o texto “O jogo da democracia”. Ela será premiada com um computador, e a instituição de ensino onde estuda receberá outros quatro computadores para uso coletivo. Também serão premiadas Denise Santos de Oliveira, de São Sebastião (DF), e Gabriela Vilaça Alves, de Cláudio (MG), segundo e terceiro lugares.

Projetos votados pela Comissão de Educação criam mecanismos legais de proteção ao professor vítima de agressão e sistema nacional para acompanhar violência escolar



Sérgio Zambiasi preside reunião em que foi acatado também projeto que obriga aeroportos a homenagearem Santos Dumont

Aprovadas propostas para coibir violência nas escolas

OS ALUNOS RESPONSÁVEIS por violência contra professor poderão ser transferidos para outra sala de aula ou mesmo afastados da escola, segundo projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O texto será examinado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Conforme a proposta (PLS 191/09), será considerada violência contra o professor “qualquer ação ou omissão decorrente da relação de educação que lhe cause morte, lesão corporal ou dano patrimonial” praticada direta ou indiretamente por alunos ou seus pais ou responsáveis. Quando constatada a violência, os alunos acusados poderão ser proibidos de aproximar-se do professor ofendido ou de seus familiares.

Se necessário, prevê ainda o texto, a Justiça poderá encaminhar o professor ofendido a programa oficial ou comunitário de proteção ou assistência, além de determinar a manutenção do seu vínculo trabalhista por até seis meses, quando houver o afastamento do local de trabalho.

No seu voto favorável, o rela-

tor substituto, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), observou que 89% dos professores – segundo levantamento promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) – gostariam de contar com uma lei que os protegesse de agressões praticadas por alunos.

– Todos olham para o aluno, mas é importante estar atento também para a situação do professor – disse Paim durante a discussão.

Monitoramento

Também foi aprovado o PLS 251/09, da senadora Marisa Serano (PSDB-MS), que autoriza o governo federal a implantar – em articulação com os estados, os municípios e o Distrito Federal – o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (Save). O projeto será analisado em decisão terminativa pela CCJ.

Segundo a proposta, que teve como relator Flávio Arns (PSDB-PR), o sistema atuará prioritariamente na produção de estudos, levantamentos e mapeamento de ocorrências de violência escolar. Ao justificar o projeto, a senadora afirmou ter buscado inspiração na criação de órgão

semelhante pelos Estados Unidos, em 1984 – o Centro Nacional de Segurança nas Escolas.

– A maior preocupação da sociedade hoje não é mais com a qualidade do ensino, mas com a violência escolar – disse Arns.

A CE rejeitou projeto (PLS 91/08) de Gim Argello (PTB-DF) – a partir de relatório de Marina Silva (PV-AC) – que destina recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal à implantação de centros de educação ambiental. Segundo a senadora, a Lei de Gestão de Florestas Públicas, em vigor desde 2006, já contempla ações de educação ambiental.

Quatro projetos foram aprovados em turno suplementar: o PLS 446/08, de Flávio Arns, autoriza o Executivo a criar a Escola Técnica Federal de União da Vitória (PR); o PLS 430/08, do mesmo senador, autoriza o Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Laranjeiras (PR); o PLS 402/05, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), obriga aeroportos e bases aéreas a manterem homenagem permanente ao Pai da Aviação, Santos Dumont; e o PLS 340/09, de José Agripino (DEM-RN), denomina Rodovia Tenente-Brigadeiro Murillo Santos trecho da BR-101 na cidade de Natal.

Rosalba destaca propostas que favorecem cidadania



Rosalba Ciarlini

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) registrou da tribuna a aprovação, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), de duas propostas das quais foi relatora e que, a seu ver, deverão contribuir para a formação da cidadania e o enriquecimento cultural dos estudantes

brasileiros.

Um dos projetos (PLS 337/06), do então senador Roberto Saturnino, inclui na disciplina de Artes a obrigatoriedade do ensino da música, das artes plásticas e das artes cênicas. A senadora ressaltou a importância dessas matérias na formação da cidadania e no enriquecimento cultural.

Rosalba acrescentou que, além dessa contribuição pedagógica, a proposta vai estimular a geração de empregos, pois estabelece um prazo de cinco anos para que as providências relativas à formação de professores nessas áreas sejam concluídas.

O outro projeto (PLS 185/08), do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), obriga as escolas de educação básica a exibirem obras cinematográficas nacionais.

Universidade do Amapá ganha curso de Medicina



Papaléo Paes

Ao comemorar ontem, em discurso, a criação do curso de Medicina da Universidade Federal do Amapá (Unifap), Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que a iniciativa, “fruto do esforço conjunto da comunidade acadêmica e da classe política”,

representa uma grande conquista para o seu estado e para toda a região Norte.

– O funcionamento de um curso do porte do de Medicina tem o dom de conferir a qualquer instituição universitária um status diferenciado de maturidade acadêmica. Mais ainda: outorga ao esforço pedagógico e social de toda a comunidade universitária um sinal, um selo de inequívoco compromisso com as necessidades maiores da população.

No mesmo pronunciamento, o senador considerou “altamente discriminatório e inconstitucional” o texto do projeto de lei (PLC 122/06) que visa criminalizar a homofobia, e que deverá ser votado hoje pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Projeto aprovado pela Comissão de Agricultura regulamenta a produção e a venda de remédios para uso animal com base no princípio ativo e não no nome de marca

Medicamento veterinário também poderá ser genérico

O BRASIL PODERÁ passar a contar com medicamentos genéricos de uso veterinário, a exemplo dos remédios genéricos de uso humano. Com esse objetivo, texto substitutivo elaborado pelo senador Gilberto Goellner (DEM-MT) a três propostas sobre o assunto foi aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

De acordo com o substitutivo, produto farmacêutico de uso veterinário genérico é aquele que contém os mesmos princípios ativos, concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica que medicamento registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Com relação ao produto já registrado, o genérico poderá diferir somente em características relativas ao tamanho e à forma de apresentação, prazo de validade, embalagem e rotulagem.

Para obter o registro do produto genérico de uso veterinário, as empresas deverão comprovar, junto ao ministério, que ele apresenta bioequivalência em relação ao produto já existente, equivalência terapêutica nas espécies animais a que se destina e taxa de excreção e determinação de resíduos equivalentes às do produto de referência.

Também será exigido dos medicamentos genéricos, quando ostentarem o nome comercial ou a marca, que tragam, nas embalagens, com o mesmo destaque e de forma legível, a Denominação Comum Brasileira



Reunião da CRA: comissão também aprovou debate sobre censo agropecuário

(DCB) ou, na falta desta, a Denominação Comum Internacional (DCI).

O substitutivo foi elaborado com base em dois projetos de lei da Câmara, o PLC 3/05, do deputado Benedito de Lira (PP-AL), e o PLC 39/06, do deputado Fernando Coruja (PPS-SC), além de um projeto do Senado (PLS 209/02), do ex-senador Casildo Maldaner.

Antes de ser apreciado em Plenário, o substitutivo será ainda votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Censo Agropecuário

A CRA também aprovou a realização de audiência pública para debater possíveis inconsistências no Censo Agropecuário de 2006, divulgado recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo a autora do requerimento para realização do debate, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), o órgão teria errado ao publicar os valores do índice de concentração fundiária, com base nos dados do Censo

Agropecuário.

– O Censo Agropecuário do IBGE de 2006 exhibe fortes inconsistências quando comparado a levantamentos anuais do próprio instituto, como a Pesquisa Pecuária Municipal e a Pesquisa Agrícola Municipal – disse a senadora, também presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Foi adiada a votação de proposta do Poder Executivo (PLC 219/09) que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater). A matéria deve ser votada na próxima quarta-feira.

O pedido de vista foi feito pelo senador Gilberto Goellner (DEM-MT), que manifestou preocupação com dispositivo do texto que elimina a necessidade de licitação para a contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A matéria tem como relatora a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Comissão aprova indicação de novo embaixador na Argentina

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem a indicação do diplomata Enio Cordeiro para o cargo de embaixador do Brasil junto à República Argentina. O relator da indicação, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), apresentou parecer favorável.

– O diplomata alia ao conhecimento técnico o zelo pela coisa pública, a integral dedicação às tarefas que lhe foram conferidas. Aos atributos profissionais, pode-se agregar a lhanza no trato e a retidão de caráter – avaliou.

Em sua exposição, Enio Cordeiro ressaltou que essa é a sua primeira designação para a chefia de uma embaixada. O diplomata passou por diversos cargos e missões internacionais, sendo que desde 2004 na área da América Latina.

Os senadores Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Aloizio Mercadante (PT-SP) e José Agripino (DEM-RN) manifestaram preocupação com a relação comercial entre os dois países, principalmente a partir da crise financeira internacional e das restrições impostas pela Argentina às importações.

Para Cordeiro, os saldos e déficits estruturais na balança comercial não devem ser vistos como motivo de preocupação, pois representam apenas momentos econômicos e não barreiras permanentes. Ele assinalou que, no setor automotivo, Argentina e Brasil já praticam o livre comércio, e a integração é vista como um patrimônio pelas sociedades dos dois países.

– Nas relações bilaterais, Brasil e Argentina nunca tiveram um momento político tão favorável. Temos uma aliança estratégica em que as dificuldades apenas demonstram a intensidade do relacionamento – afirmou.

Agripino ainda quis saber a opinião do diplomata sobre o ingresso da Venezuela no bloco do Mercosul. Cordeiro disse que “faz todo o sentido”, pois não se pode confundir o bloco comercial com um “clube de presidentes”. Na avaliação de Cordeiro, essa questão deve ser analisada sob o prisma econômico, uma vez que as exportações brasileiras para a Venezuela não param de crescer desde 2003. Ele acrescentou que vê “grande liberdade de imprensa” no país governado por Hugo Chávez.



Cordeiro (E), com senador Azeredo: Brasil e Argentina têm aliança estratégica

Senado homenageia Hélio Gracie, criador do *brazilian jiu-jitsu*

A memória de Hélio Gracie, responsável pela difusão do jiu-jitsu no Brasil, foi reverenciada ontem pelo Senado em sessão especial. Gracie, idealizador do estilo conhecido como *brazilian jiu-jitsu*, morreu em janeiro deste ano, aos 95 anos de idade.

Autor do requerimento que resultou na homenagem, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que pratica jiu-jitsu, lembrou que essa modalidade de arte marcial é reconhecida e admirada em todo o planeta.

– Devo muito ao jiu-jitsu. É uma das razões de minha vida – disse Virgílio.

O senador pediu ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) que inclua o esporte nas Olimpíadas de 2016, que serão realizadas na cidade do Rio de Janeiro, como esporte de exibição.

Mão Santa (PSC-PI) observou que Hélio Gracie foi o respon-

sável pelo aprimoramento de uma técnica de solo denominada alavanca, que proporciona mais força ao lutador. Magno Malta (PR-ES) defendeu o fortalecimento da prática de esportes nas escolas brasileiras, incluindo as lutas, a exemplo do jiu-jitsu. Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que Gracie “é um símbolo do esporte brasileiro”.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que Hélio, ao lado do irmão Carlos, foi o criador do jiu-jitsu moderno. Jefferson Praia (PDT-AM) salientou que as artes marciais ensinam as pessoas a se prepararem para a vida. Sérgio Guerra (PSDB-PE) defendeu a criação de um programa federal para que a população mais pobre tenha acesso à prática de esportes. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que Gracie “foi um cidadão e um desportista exemplar”.



Arthur Virgílio discursa na sessão: “O jiu-jitsu é uma das razões de minha vida”



Na audiência da CAE, Iro Schünke (E), Ricardo Becker, senador Delcídio Amaral, Marcelo Fisch e André Franco Montoro Filho

Tributação sobre indústria de fumo divide opiniões

A tributação aplicada à indústria do fumo dividiu opiniões em audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As divergências se deram entre os representantes da Receita Federal do Brasil (RFB) e do Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo (Sindifumo), que assumiu a defesa dos interesses das pequenas empresas. O foco da discórdia seria uma suposta injustiça praticada contra os pequenos produtores pela tributação unificada para o setor.

O auditor da Receita Marcelo Fisch de Berredo Menezes explicou que a tributação sobre o fumo não faz distinção entre empresas, que podem esta-

belecer seus preços livremente.

O presidente do Sindifumo, José Henrique Nunes Barreto, defendeu a aprovação de projeto do deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF) que altera as regras da cobrança do IPI sobre cigarros.

Sonegação

A exemplo do representante da Receita, o presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), André Franco Montoro Filho, defendeu o combate à sonegação na indústria do fumo, bem como a simplificação administrativa no regime tributário do setor.

Por sua vez, o presidente do Sindicato da Indústria do Fumo no Rio Grande do Sul (Sinditabaco), Iro Schünke, se

colocou contrário a qualquer decisão que possa interferir na produção no Sul do país. Já o presidente do Sinditabaco no estado da Bahia, Ricardo Becker, tomou a defesa da indústria de charutos e cigarrilhas.

Questionados pelo vice-presidente da CAE, senador Delcídio Amaral (PT-MS), sobre as propostas legislativas que poderiam trazer maior competitividade para o setor, Becker apoiou a volta da alíquota de IPI de 15% para charutos e cigarrilhas, enquanto Iro Schünke fez um apelo aos parlamentares para também levarem em consideração os direitos dos fumantes ao analisar projetos de seu interesse. Eduardo Suplicy (PT-SP) também participou da audiência.

José Cruz

Márcia Kallume

Waldemir Rodrigues

Gerardo Magalhães